

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: 26 Conflitos Socioambientais

MOBILIZAÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E TERRITÓRIO: o Forum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém (PA)

João Luiz da Silva Lopes
Universidade Federal do Pará
Maria José da Silva Aquino Teisserenc
Universidade Federal do Pará

Introdução

Neste estudo procuramos compreender o processo de constituição, interesses, conquistas e institucionalização do Forum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém e contribuir com o debate sobre as transformações socioambientais intensificadas na área insular de Belém a partir de 2000.

Assim, partimos de uma contribuição de Olson (1965), de que a *ação coletiva* não é voluntária, ou seja, membros de um grupo com objetivos comuns não atuam voluntariamente para alcançar os interesses do grupo, mesmo sabendo que pudessem viver melhor quando este objetivo fosse atingido. Então o que torna possível o Forum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém - FDSIB, convivendo com o atomismo, individualismo e uma situação adversa à participação? Como foi constituída essa experiência? Possui lideranças destacadas com forte papel? Como se encontra compartilhado o poder? Quais os conflitos mais latentes entre os participantes? Principais dificuldades enfrentadas? Qual a perspectiva quanto ao futuro do território?

Pela Sociologia da Ação Local orientamos a percepção sobre a realidade investigada, a partir de uma abordagem qualitativa em que a coleta de informações/dados foi realizada através de conversa informal; observação; participação em reuniões e Conferências do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas; pesquisa em documentos (projeto, relatórios e atas de reuniões...); e entrevistas abertas com representantes das organizações locais, poder público, instituições religiosas e de pesquisa e extensão. As entrevistas foram gravadas após a autorização dos informantes e o consentimento foi obtido

verbalmente após explicação dos objetivos do estudo e finalidade dos resultados.

O texto encontra-se dividido em quatro partes: a primeira parte, Centralização e Ação Local, trata do questionamento do modelo hegemônico de centralização, hierarquização do poder e a construção de alternativas como a ação local. A segunda parte, Território e territorialização, procura definir teoricamente estabelecendo uma aproximação com o contexto em foco. A terceira parte, Mobilização e participação, tenta fazer um apanhado dos processos anteriores de mobilização e participação, como elementos de aprendizagem que contribuíram para a constituição do Fórum. A quarta e última parte, Implicação dos principais atores e o Processo de Institucionalização, apresenta os principais atores e seus envolvimento com a organização do Fórum, relata o processo conflituoso de institucionalização, legalização e burocratização da iniciativa e questiona o papel de mediação/tradução/representação em relação aos ribeirinhos insulares.

Centralização e Ação Local

A história do Brasil, desde a chegada dos colonizadores, se confunde com uma estrutura de poder, que segundo Loureiro (2015), *autoritária, centralizadora e elitista*. Podemos considerar que essa herança permanece incrustada no interior das instituições e conseqüentemente na forma de ser, pensar e agir das pessoas.

No período de integração da Amazônia, durante a ditadura militar, os planos e projetos de desenvolvimento foram, alguns ainda o são, a exemplo dos grandes projetos hidrelétricos que concentram um poder que subordina e escapa ao âmbito local (MAGALHÃES, 2008), elaborados e implementados sem considerar as coletividades locais, principais atingidos com tais ações.

No caso de Belém houve investimento na urbanização, pelo menos em parte, da área continental e certa invisibilização da área insular, nos mais variados aspectos. E quando há alguma iniciativa em atender as reivindicações da população local, as ações são marcadas por equívocos que decorrem principalmente do desconhecimento e incompreensão desse território, que guarda muitas especificidades em relação a área continental.

Após o período da ditadura militar, com o processo de redemocratização e as exigências de descentralização há uma importante experiência que é a política

de organização de conselhos. Mas segundo constatação de Avritzer (2015), o número de instituições participativas em uma cidade e sua organização interna podem não expressar um comprometimento da administração pública com tais políticas.

Não há como negar os desencontros entre os aparelhos do Estado, decorrentes da desarticulação entre as esferas de poder, instâncias governamentais e a sociedade civil. Em Belém, essa dificuldade está presente entre as próprias secretarias/órgãos municipais. Este problema está relacionado a influência do paradigma fragmentador e da divisão do poder entre as forças políticas da base de apoio ao prefeito, por que cada uma prioriza sua parte e esquecem do todo.

Essa situação constatada empiricamente é explicitada por Mitschein (2008), ao relatar que, apesar da discussão sobre a política regional, nos últimos dez anos, ter focalizado a necessidade de se redefinir as relações entre as instâncias públicas, a sociedade civil e o setor privado para enfrentar os problemas sociais e ambientais, os resultados concretos são pouco convincentes.

Outra iniciativa de descentralização é a de desenvolvimento territorial/local que, segundo Navarro (2001), é derivada de duas grandes mudanças ocorridas nas últimas décadas: a multiplicação de ONGs que criaram uma estratégia de “ação local” em oposição aos impactos dos processos globalizantes e os processos de descentralização em curso, que também valorizaram o “local”.

Abramoway (2000) e Veiga (2002) relacionam a noção de desenvolvimento territorial a de capital social com a valorização do complexo de instituições, costumes e relações de confiança e cooperação que possibilitam atitudes culturais e de empreendedorismo. Transferindo-se a análise do contexto urbano rural, para uma lógica territorial, privilegiando as ações e estratégias de atores locais.

Trabalhar na perspectiva das especificidades e potencialidades locais é, talvez, uma possibilidade de alcançarmos a sustentabilidade, sem ignorar as relações entre as várias escalas: local, regional, nacional e global.

O estudo sobre o Desenvolvimento Local é importante, por que atualmente o território se apresenta como ancoradouro e polo de convergência do conjunto dos desafios aos quais fazem face as populações, seus líderes e seus dirigentes.

Desafios de reconhecimento e de identidade, em meio à globalização ascendente e ao questionamento do modelo de desenvolvimento pelos problemas socioambientais que ele produziu (TEISSERENC, 2010).

Segundo Castro (2011), a Amazônia tornou-se laboratório de experiências de políticas territoriais locais: umas por meio de políticas estatais com enfoque ambiental; outras decorrentes de iniciativas de atores locais envolvidos em processos de planejamento e de gestão coletiva.

Para Teisserenc (2010, p. 168), “um dos primeiros traços das ações públicas locais é seu caráter coletivo, uma vez que elas são o resultado de um trabalho de intercâmbio, de negociações e de acordos entre os atores locais. A ação local é uma *ação coletiva*.” É a partir desse pressuposto que passamos analisar o *território de ação* correspondente a experiência do Forum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém.

Território e territorialização

Neste estudo *território* é concebido, com base em Castro (2011), como o local em suas múltiplas dimensões concretas, enquanto território de saber, de planejamento do desenvolvimento e de produção, envolvendo atores sociais com interesses e estruturas de poder diversos. Ou seja, o território é construído socialmente. E as *territorialidades* são entendidas “como as identidades com o lugar das quais derivam as estratégias de permanência e de desenvolvimento” (CASTRO, 2011, p. 295). Entendendo, assim como Furtado (2008), que a idéia de Desenvolvimento Territorial carrega em seu bojo a noção de sustentabilidade ou de *ambientalização* (TEISSERENC, 2010).

O município de Belém é formado por 69,42% de área insular, constituída de 42 ilhas. Desse conjunto, (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM, 1999). Pode-se visualizar parte desse contexto, a partir da **Imagem em anexo**.

Rodrigues (1996) mostra que as pessoas apropriam-se do espaço-ambiente de forma diferenciada, num processo de segregação que exprime a exclusão social, ou seja, as condições de vida na cidade estão condicionadas à correlação de forças entre as classes sociais.

O processo de ocupação, mais recente, das ilhas se intensificou em consequência da urbanização da cidade de Belém, que segundo Mitschein,

Miranda e Paraense (1989), assumiu a forma de uma nivelção 'para baixo', concretizando-se através da potencialização de problemas sócio-ecológicos como desemprego e subemprego em massa, favelização dos bairros periféricos, poluição do meio ambiente pela falta de serviços básicos entre outros.

O crescente processo de urbanização, nos últimos anos, tem ocorrido de forma desordenada ou espontânea em direção às áreas insulares e periféricas imediatas da grande Belém. A construção das pontes Sebastião de Oliveira de Mosqueiro em 1976, a Enéas Martins de Caratateua em 1986 e a regularização do transporte hidroviário para a Cotijuba na década de 1990, conectando o território insular ao continente, facilitou o fluxo das pessoas que iam sendo expulsas da área urbana de Belém e as que vinham direto do interior.

Esta área vem sofrendo de vários problemas socioambientais, resultantes da intensa ocupação espontânea. De acordo com o Idesp (1990), o resultado da ocupação desordenada é uma cidade cujo mal uso dos recursos naturais e do meio físico causa transformações na sua topografia, qualidade dos solos, dos recursos hídricos, cobertura vegetal, nas condições microclimáticas e, finalmente na qualidade de vida da população.

Mas além das três maiores ilhas (Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba) mais acessíveis, com áreas de terra firme e com atrativos turísticos, existem mais de trinta ilhas habitadas e que historicamente sofrem com a ausência de políticas públicas relacionadas à saúde, educação, saneamento básico, segurança pública e outras. Parece haver certo desconhecimento, por parte dos gestores, dessa realidade insular e suas especificidades.

A falta de conhecimento das realidades locais tem levado a uma tentativa de homogeneização das ações e programas, por parte do poder público, através de seus planejadores e administradores. O conhecimento sobre essas populações é importante pelo fato de que elas contribuem diretamente para o abastecimento da cidade, com produtos como: açaí, peixe, camarão... Elas também são responsáveis pela conservação do meio em que vivem, com características raras no município de Belém.

Conforme menciona Castro (2006; 2008), a compreensão da diversidade social na Amazônia e dos variados sentidos que águas e ilhas adquirem, passa pelo entendimento do *território*, porém na perspectiva da complexidade,

concebendo de forma integrada as dimensões do material e do simbólico, do tempo e do espaço na perspectiva dos atores locais.

A idéia aqui não é estabelecer uma dicotomia entre a área insular e a área continental, tampouco uniformizar a realidade insular, como se todas as ilhas do município de Belém estivessem na mesma situação. Mas, não se pode negar que muitos problemas e necessidades são recorrentes no território insular. Embora algumas partes, principalmente das ilhas de Mosqueiro e Caratateua, interligadas por pontes, se pareçam muito mais com as periferias do continente.

Assim como o trapiche de Icoaraci, o Ver-O-Peso, a Feira do Açaí e o Porto da Palha são lugares apropriados e usados pelos atores insulares no processo de interação com o continente.

Aqui podemos dialogar com Trindade Jr. (2013) e pensarmos em *território insular ribeirinho e território insular híbrido*. O primeiro mantém intensas relações com o rio, que é visto em sua multidimensionalidade, como fonte de recursos e de representações simbólicas, como via de circulação, como espaço de uso doméstico, prática de atividades lúdicas e como elemento de lazer e de contemplação. Com grande presença da população nativa, com elementos culturais mais enraizados aos valores e saberes da floresta e do rio. Isso reforça a existência de uma forte coesão territorial e política que não foi abalada pela chegada de agentes com outras lógicas.

O segundo inserido em diferentes processos de transformação que lhes conferem um caráter híbrido, em que permanências de formas e conteúdos se mesclam a elementos de mudanças mais recentes e onde há populações nativas convivendo com outras de hábitos mais urbanos, decorrentes do processo de urbanização e da crescente procura pelo lazer e turismo.

O termo *territorialização* implica um processo que envolve atores, ações nas quais eles se engajam, relações múltiplas e cotidianas na forma de jogos de alianças ou de redes, práticas objetivas e subjetivas em referência a escalas espaciais diferentes. Através de suas relações, ações e práticas, esses atores juntos desenvolvem formas de apropriação, materiais e simbólicas, do espaço que comportam dimensões econômicas, políticas e culturais (TEISSERENC, 2010, p. 163).

Os atores do *território insular ribeirinho* estão envolvidos em atividades religiosas como cultos, missas, festa de santos, novenas; atividades culturais como festival do açaí, do camarão e festas de aparelhagem; em relação ao trabalho se encontram quase que diariamente nos locais onde vão vender seus produtos e comprar outros que necessitam; há um simbolismo povoado pelas encantarias, principalmente das águas; já as atividades propriamente políticas, são menos comuns, apesar de muitos serem filiados ou associados a alguma organização e quando há algum evento, geralmente são apenas representantes que participam, muito mais para socialização de informações de que para tomada de decisões.

A quase ausência de políticas públicas ou não adequadas, propiciou também a iniciativa de práticas associativas. O próprio contexto de dominação e marginalização ao qual essas populações foram submetidas possibilitou a compreensão da necessidade de se organizar. Assim, foram criados os Centros Comunitários, Associação de Moradores, de Pescadores, de Produtores, de Barraqueiros, de Artesãos, ONGS Ambientais, Cooperativas e Associação de Mulheres.

Essas organizações promoveram e proporcionam aprendizagens, muitas que deixam de existir, algumas que existem formalmente, as que funcionam esporadicamente e as que são mais atuantes e com atividades mais intensas. Essa aprendizagem é sem dúvida, um dos elementos que tornou possível o Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém.

Mobilização e participação

Citamos como exemplo a experiência da ilha de Caratateua que com o aprendizado da luta, essas organizações se juntaram, formando uma organização maior chamada de CONSILHA (Conselho de Representantes da Ilha).

Dentre as várias reivindicações dessa organização, iniciou-se a construção de um projeto que fosse mais eficaz, no enfrentamento do crescente processo de degradação socioambiental. Assim, entre vários encontros e desencontros discutindo o projeto de uma instituição que atendesse as necessidades e anseios da população da Ilha, no sentido educacional, ambiental, econômico e de participação política, chega-se a conclusão que seria uma Escola.

Após o projeto concluído, aparece o problema do financiamento, então se recorre ao poder público municipal para apresentar a proposta de investimento. Aí se inicia novamente outra negociação em relação aos possíveis ajustes, para a concretização da proposta. O projeto foi encampado pelo poder público municipal e em 1996 é inaugurada a Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental, Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira.

Mas o que havia sido pensado como auto gestão pelo CONSILHA, passou a ser de gestão compartilhada com o poder público e aos poucos a institucionalização, legalização e burocratização foram excluindo os idealizadores do projeto e a participação da comunidade nas decisões sobre os rumos da instituição.

Outra experiência muito importante que iniciou em 1997, com uma gestão municipal democrático popular sob direção do Partido dos Trabalhadores, foi o Orçamento Participativo, organizado por distritos administrativos. Neste caso a área insular estava incluída no Distrito Administrativo de Mosqueiro-DAMOS e Distrito Administrativo do Outeiro-DAOUT. Apesar das críticas e limitações orçamentárias, houve mobilização e participação dos moradores locais, inclusive com uma categoria exclusiva para a juventude - Orçamento Participativo da Juventude.

Mesmo com essas mobilizações e discussões não havia o atendimento de necessidades básicas como abastecimento de água, esgotamento sanitário, saúde, educação das ilhas menores, que estamos chamando de *território ribeirinho insular*. Tanto que em 2000, durante suas assembléias de fundação nessas ilhas, o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém, percebendo a fragmentação e burocratização do poder público, já que as demandas envolviam várias secretarias, propôs a realização de uma audiência pública para discutir e encaminhar as possíveis soluções. Mas infelizmente essa iniciativa foi inviabilizada pelas divergências dentro do governo, decorrentes da fragmentação do Partido dos Trabalhadores.

O que tornou possível a existência do Forum nas ilhas está relacionado a certa ausência do poder público, principalmente depois de 2004 com o término da gestão do PT, e “incompreensão” das demandas específicas desse setor populacional, que não vive e não tem interesse em viver nos aglomerados

urbanos. Porque a lógica é atender o maior número de pessoas com menos investimento e tecnologias uniformes.

Outro aspecto importante para a legitimação do Fórum nas ilhas foi o trabalho de base realizado pela igreja católica através de Padre Jonas, inclusive com ações bem concretas como a captação e tratamento de água da chuva em algumas comunidades. Assim como o estabelecimento de parceria entre Igreja Católica/Padre Jonas e Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMA, que buscou apoio junto a Bolsa Amazônia e financiou a realização do diagnóstico e elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém.

A credibilidade dessa iniciativa, também esteve relacionada ao fato de não ser associada a um trabalho político partidário ou eleitoral, pelo menos inicialmente. Além disso, não era uma política de governo, mas sim de uma secretaria, com relativa autonomia.

A descentralização e forma de rodízio dos lugares onde ocorriam os encontros, como demonstração de inovação, também contribuiu para o sucesso do empreendimento organizacional. O território foi dividido em 5 (cinco) pólos: Mosqueiro, Caratateua, Cotijuba, Ilhas Norte e Ilhas Sul.

Além da descentralização física a utilização de metodologias participativas, cumpriu papel fundamental, na realização do diagnóstico, na seleção de demandas bem concretas e na elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém.

No início houve algumas dificuldades em relação a participação dos atores locais devido a cultura individualista disseminada pela lógica colonial e capitalista. O assistencialismo e o clientelismo inscritos na cultura política e encarados como natural; Descrédito com as políticas públicas, por serem eleitoreiras, inadequadas e sofrerem descontinuidade com as mudanças de gestão; A cultura da democracia representativa que leva a omissão na participação e transferência de responsabilidade para os dirigentes/representantes; dificuldades de deslocamento e de recursos financeiros para acessar os locais dos encontros/reuniões e; Barreiras na comunicação relacionadas a mobilização.

De fato a participação foi aumentando à medida que as ações se intensificavam. Mas é importante registrar um maior protagonismo do trabalho de mediação, de certa forma a ofuscar a participação efetiva e o surgimento de

novas lideranças entre os atores tradicionais, que estamos chamando de *território ribeirinho insular*. Não se pode negar que a presença de diversos atores ligados as organizações representativas, proporciona certa legitimidade ao Fórum. Mas precisamos refletir sobre a qualidade da participação.

Após a instalação do Fórum no primeiro semestre de 2010, a participação mais efetiva dos atores do *território ribeirinho insular* se deu na realização do diagnóstico, com o fornecimento de informações sobre conhecimento, apropriação e usos dos recursos do território.

Por falta de exercício de falar em público, por dificuldades de formação política e por serem sistematicamente não ouvidos, este segmento é silenciado ou se dá o direito de não se expor. Isso não quer dizer que não façam suas leituras, análises e avaliações dos acontecimentos. Este seguimento cultiva certa desconfiança em relação às iniciativas que envolvem seu futuro.

E talvez essa dificuldade na efetiva participação, por parte dos atores do *território ribeirinho insular* tenha se ampliado com o processo de institucionalização, momento em que os conflitos começam a se tornar mais evidentes.

Implicação dos principais atores e o Processo de Institucionalização

Um ator super importante nesse processo é Padre Jonas Teixeira, que iniciou sua atuação na Paróquia das Ilhas no ano de 2006, com o objetivo de contribuir para melhorar a qualidade de vida dos ribeirinhos. Suas estratégias inicialmente: levar o bispo para conhecer a área insular com o objetivo de sensibilizá-lo e conseguiu que a Arquidiocese de Belém, pela primeira vez em 400 anos, fizesse um encontro para discutir a campanha da fraternidade sobre os ribeirinhos. Além de destinar os recursos arrecadados nas oferendas da campanha para investir no Projeto de Captação de água da chuva nas ilhas. Outra estratégia é ir se associando a parceiros e criando uma rede em torno de temas prioritários e negociar com o poder público na esfera municipal, estadual e federal.

Os argumentos e as razões que justificam seu engajamento giram em torno dos aspectos social e religioso, como se pode observar no trecho a seguir:

Minha inserção é em função da necessidade das populações ribeirinhas, como o social está no sangue, porque eu sempre trabalhei com a teologia, que eu chamo teologia do chão, então isso me chamou muito a atenção. Falar de deus para as pessoas, para as pessoas que tem pé, que clamam, que choram, como a igreja fez a opção preferencial pelos pobres, para mim os pobres hoje no meu coração, são os ribeirinhos, eu trago isso para minha fala, para meu propósito de vida, se eu estou na instituição para colaborar com a transformação da sociedade, eu escolhi um povo para trabalhar que é o povo ribeirinho. Quando eu falo do social eu falo da necessidade da água, da segurança pública, moradia, vida digna, todos esses aspectos [...] trabalhar somente o aspecto religioso para mim é muito pobre, ficaria preso a uma dimensão que não me completaria, o meu estar na igreja, é estar em função de, na promoção da vida plena divina, como colaborador, como um elemento provocador, como alguém que pudesse está envolvido nesse novo olhar: que tipo de sociedade nós planejamos? Que tipo de sociedade nós imaginamos? Que tipo de sociedade nós ajudamos a construir? Quando nós apenas criticamos, gritamos e não nos envolvemos, acho que aí ficamos devendo ainda a nossa total participação no projeto de construção de uma nova sociedade (PADRE JONAS, em 05/08/2016).

Em relação ao futuro do território é possível notar uma perspectiva bem concreta/prática, onde se misturam resultados já alcançados parcialmente e outros a serem alcançados.

Temos vários sonhos: a cobertura de água potável e sanitários secos em todas as ilhas, já temos em Jutuba, Urubuoca e Paquetá, mas ainda faltam as outras; que o governo assuma, na sua política pública a água como um elemento central; a segurança pública já tem um setor que é a Polícia Fluvial, que cuida da segurança voltada para as ilhas; a questão de habitação e da energia para todos do governo federal que ainda estamos em débito com a população; a sustentabilidade, já colocamos na mesa para discussão, a questão da sustentabilidade dos ribeirinhos não deve passar apenas pela cultura do açaí, a permanência desses povos na área precisam de um elemento a mais que o açaí, deve se trabalhar um novo tipo de relação entre o homem e a floresta. A floresta pode produzir além do açaí outros produtos? Ela pode produzir o peixe em cativeiro? Ela pode produzir o camarão em cativeiro? Já estamos trabalhando em parceria com a PMB e Escola da Pesca, só falta alguém assumir o projeto financeiramente (PADRE JONAS, em 05/08/2016).

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA se constituiu em peça chave para essa ação. Mas aqui há dificuldades em falar do órgão em si, pois o interesse era das pessoas que estavam como gestores naquele momento (2009), pois com a mudança de gestão no final de 2010, a Secretaria se retira do processo:

Então, a ideia central do projeto era criar um espaço de debate, que naquele primeiro momento não era uma personalidade jurídica, mas um espaço aberto de debate, legitimado pela própria população das ilhas e que fosse coordenado e dirigido por eles. A SEMMA, ela serviu como uma articuladora que deu as condições e plataforma de organização

desses ribeirinhos, de organização dessas populações em torno dos seus problemas (EVANDRO LADISLAU, 13/07/2016).

A estratégia foi elaborar um projeto, em parceria com a Bolsa Amazônia, para sistematizar as ações e justificar os custos do empreendimento. E passou-se a chamar os atores ribeirinhos, suas organizações e as instituições públicas que já atuavam no território, para o processo de discussão dessa realidade do desenvolvimento das ilhas.

Os argumentos para justificar o engajamento na ação estão associados a questão ambiental, mas percebe-se que o ambiental é concebido na perspectiva da complexidade:

Então, a partir de 2009 nós começamos a pensar nessa parte da cidade que estava excluída do planejamento urbano. Belém, tem 39 ilhas que são da sua administração e não existem políticas públicas específicas para essas áreas, principalmente, pensadas para essas questões ambientais. No início da nossa reflexão nós dizíamos que a cidade está de costa para as ilhas, ela deveria está de frente para as ilhas, olhando para a sua baía, olhando para essas populações ribeirinhas que estão excluídas dessas políticas. Então, surgia a necessidade de manter um diálogo mais próximo com essas populações para fazer com que elas ganhassem visibilidade, não só diante das políticas ambientais, mas também das outras políticas sociais, a saúde, o meio ambiente. As questões ambientais não estão restritas só à natureza (EVANDRO LADISLAU, 13/07/2016).

A perspectiva de futuro do território, para este ator é como foi pensado, discutido e exposto no Plano:

Território das ilhas com recursos naturais conservados, economia baseada no turismo e no manejo da biodiversidade, com valorização e fortalecimento da identidade cultural e dos saberes e fazeres de seus habitantes, para a garantia da qualidade de vida das presentes e futuras gerações (Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, 2011).

Outro ator é a Bolsa Amazônia, que é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro em Belém do Pará. Cujo objetivo era coordenar a construção, de forma participativa, do Diagnóstico Socioambiental e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para as Ilhas de Belém. Sua estratégia era coletar e sistematizar as informações, elaborar os relatórios e documentos processados no Fórum. Os argumentos utilizados para justificar a participação na ação, foi que se tratava de uma política indutora. Mas o projeto de realizar um Diagnóstico Socioambiental, elaborar um Plano de Desenvolvimento Sustentável

e Instalar o Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, foi orçado em R\$ 79.012,15 e desse total uma parte foi para custear as *despesas com serviço técnico especializado*.

O fato é que a instalação do Fórum em 2010, marca o início do processo de institucionalização, em seguida é realizado um diagnóstico do território, a organização de um banco de dados e por fim, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém.

O plano tinha como objetivo promover o desenvolvimento das ilhas de Belém através de sistemas de produção sustentável e serviços de turismo de base comunitária, protegendo e conservando as florestas e recursos hídricos remanescentes que são base econômica e ecológica para a sobrevivência e manutenção da identidade cultural de suas populações tradicionais

Em relação as prioridades se elegeu 5 (cinco) linhas estratégicas: 1) criação e regularização de unidades de conservação nas ilhas; 2) sistemas sustentáveis de produção; 3) realização do Turismo de Base Comunitária; 4) articulação de políticas públicas locais; 5) fortalecimento das organizações e gestão comunitária (Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, 2011).

Mas desde o início já é possível se perceber uma divergência em relação aos encaminhamentos do Fórum, quanto a atuação como instrumento de mobilização e produção de demandas, para negociar com o poder público e passar a ser ele mesmo o executor de ações ou de solucionador dos problemas:

Antes você tinha um fórum que era um conselho que estava todo mundo junto, eram as instituições e a sociedade civil, a partir do momento que esse direcionamento, esse assessoramento da SEMMA sai, a sociedade assumiu e passou a fazer um outro tipo de articulação, ou seja, uma articulação focada na resolução dos problemas. [...] a ideia era que a sociedade pudesse gerar a partir dali uma plataforma, um palco de lutas, onde eles pudessem reivindicar seus direitos em relação as políticas públicas e incluir as suas demandas nas políticas públicas (EVANDRO LADISLAU, 13/07/2016).

A divergência se amplia a partir do momento que se decide pelo processo de legalização:

Antes era mais movimento, a porta era mais larga, tinha os atores que se identificavam com a causa a partir de um pensamento, a partir de uma ideia ou instituição, se agregavam a nós e eles entravam e saiam a partir de sua ideologia. Como nós fomos percebendo que era preciso ter uma

cartão de identificação, para pedir patrocínio era necessário apresentar uma identidade, cartão de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), identificação de local com endereço fixo e nós não tínhamos. Então a partir daí, dessa necessidade, nós fomos trabalhando na questão jurídica da instituição (PADRE JONAS, em 05/08/2016).

A proposta inicial era outra, de transformar as ações em ação política e isso se perdeu:

Nós chegamos a fazer o primeiro Fórum num outro formato, nós fizemos um grande encontro no Parque dos Igarapés, quinhentas lideranças ribeirinhas lá e onde foi planejado um modelo de organização que seria da base local até o fórum, entendeu? Então, foram colocadas lideranças por ilhas e coordenações por regiões. Mas como essa perspectiva imediatista de resolução de problemas acabou os levando e aí também com meu afastamento, a não perceber que o papel do fórum era organizativo, né? ou seja, não é que a direção do fórum que fica em Belém precisa resolver o problema da ilha do Acará, é que o pessoal do Acará precisa ser organizado e capacitado para resolver seus próprios problemas (EVANDRO LADISLAU, 13/07/2016).

Mas Pe. Jonas reconhece que essa mudança gerou vantagens e desvantagens, como segue:

Tem as vantagens e as desvantagens, quando nós éramos um movimento, nós discutíamos as coisas de forma muito mais aberta, já agora com uma diretoria, se discute as questões mais abertas, mas quem decide é a diretoria, você fica preso à questão administrativa, isso muitas vezes gera [demanda] tempo. E para quem estava acostumado participar conosco dos grandes eventos, hoje já fica pensando, será que eu posso ou não posso? Pode quando for convidado. A casa hoje tem uma porta, que a diretoria tem a chave nas mãos (PADRE JONAS, em 05/08/2016).

No momento em que o Fórum começa a caminhar em direção a uma ação política, há uma mudança de perspectiva:

E o Fórum é o espaço político que dá força a essas vozes que estavam sem ser ouvidas. Mas a necessidade da urgência, da resolução dos problemas acaba levando eles a [mudarem]. Ou seja, não existe ainda um amadurecimento nesse sentido. Que é um amadurecimento político, no sentido de tornar a luta mais política, no sentido de cobrança das políticas públicas. Então, esse sentido acabou se perdendo em torno da busca de resolução de problemas concretos. Eles estão caminhando no sentido deles. Eu fico feliz porque eles estão tocando, ou seja, não é uma que parou, ou seja, mudou de direcionamento, mas não parou.

E questionado sobre a mobilização e participação, Pe. Jonas justifica a diminuição exaltando a importância técnica em detrimento da política:

Diminuiu, de como era antes. Hoje a gente trabalha mais tecnicamente, hoje é muito mais pensado a partir de orientações técnicas: o que é que nós vamos fazer? Como nós vamos fazer? Então se coloca no nível das discussões técnicas. Quando fomos fazendo o trabalho de produção de demandas técnicas, colocava numa sala 30, 40 pessoas, 200 pessoas a gente viu que as demandas fluíam com muita facilidade e o nosso papel era ver onde estava a necessidade e fazer encaminhamentos, então se pulverizava muito mais rapidamente. Agora a gente reúne fora e trás para a diretoria, a gente perde tempo, mas no meu ponto de vista, ganha qualidade. A gente ouve, trás para a diretoria, faz a seleção, faz sua orientação e envia para a secretaria para fazer os encaminhamentos (PADRE JONAS, em 05/08/2016).

Houve um processo de burocratização, dispensando a participação dos atores nas decisões e encaminhamentos. Essa postura é criticada por um ator que esteve na discussão de organização do Fórum:

A metodologia deles mudou, ou seja, eles já não trabalham com aquele fórum permanente, eles já trabalham na solução de problemas específicos [...] Dispersou o caráter de fórum interinstitucional na relação direta com a sociedade civil, né? Eu fui contrário, quando eles me consultaram, à legalização do fórum como pessoa jurídica, porque para mim, ele perdeu o caráter, entendeu? Porque você gera uma luta de poderzinho ali em torno da personalidade jurídica, né? Quando eles criam a personalidade jurídica, aí imediatamente cria uma diretoria, com pessoas que dirigem, cria, entendeu? [...] Do fulano que se acha excluído, do cirano que acha que fulano está dirigindo sozinho, então começam as disputas internas e vão se fechando em si [...] E hoje a sociedade exige um processo mais amplo e mais aberto [...] aquele fórum permanente, onde todo mundo se encontrava, onde as relações eram mais horizontais, onde todo mundo estava no mesmo nível e respeitando o saber popular, as organizações populares, a organização comunitária, a organização local, ele perde esse caráter para se tornar uma organização de modelo da década de oitenta, volta a ser uma organização de personalidade jurídica. Mas é o que dá para ser né? (EVANDRO LADISLAU, 13/07/2016).

Mas, é preciso, reconhecer que, de acordo com Boaventura de Souza Santos e Leonardo Avritzer (2002), a democracia liberal foi transformada em um modelo universal, em um instrumento, e suprimiu formas e exercícios políticos mais democráticos. A nível global, a democracia perdeu a demodiversidade. Assim, se a democracia é um valor e não um instrumento, o valor não pode ser universalizado. Ou seja, é preciso levar em conta grupos multiculturais ou o diálogo intercultural existente no mundo.

No Brasil, (AVRITZER, 2016), os impasses da democracia vinculam-se a desafios institucionais que esbarra nas forças conservadoras que, mesmo que tenham mudado seu perfil, estão desde os períodos colonial, imperial e

republicano renovando suas formas de exercício do poder, seja nos âmbitos municipal, estadual e/ou federal.

Parte das vulnerabilidades da participação no processo democrático, se explicam pela instrumentalização dessas práticas de integração e cooptação pelas elites ou grupos favorecidos. Por exemplo, mobilizações importantes se registraram em Belém a partir do Fórum que definiram prioridades, como o encontro que reuniu aproximadamente 500 lideranças, o Primeiro Grito das Mulheres das Águas sobre saúde da mulher, Primeiro Grito das Águas sobre o acesso a água potável, e outros. Estratégias foram redefinidas, em vez de reivindicar somente, a organização passou a parceira, legalizada juridicamente, esvaziando-se.

Essa integração de organizações à lógica representativa, cooptação e perversão como investimentos no retrocesso da participação democrática, na baixa inclusão social de grupos minoritários leva a um processo de descaracterização e desqualificação da participação social. Outras formas de perversão são a burocratização da participação, o clientelismo, instrumentalização partidária, exclusão e silenciamento dos interesses de grupos desfavorecidos, pelos grupos hegemônicos (SANTOS; AVRITZER, 2002).

No caso observado, o processo de constituição e institucionalização de um espaço público em princípio contrário à lógica descrita, constatou-se cooptação de lideranças através do apoio a candidaturas à Câmara de vereadores, em coligação a favor da reeleição do prefeito. Quando seria mais lógico apoiar a coligação que era composta por partidos mais progressistas, onde supostamente a idéia teria mais eco.

Mas, é preciso observar também que essas neutralizações, digamos, não se fazem sem resistências. Além disso, precisa ser encarado como um processo dinâmico, que gera aprendizagens e possibilidades de avaliações e recomeços.

Assim, pode-se pensar as experiências das populações tradicionais como materialidade para a construção de uma racionalidade ambiental e política alternativa, conforme sugere Teisserenc:

Apreendida a questão do reconhecimento dos saberes tradicionais no quadro de um processo de 're-significação do mundo' significa que este reconhecimento vai de par com aquele da capacidade das populações concernidas, organizadas em comunidades, a desenvolver economias

locais autogeridas, integradas em uma economia global sustentável [...] Assim procedendo, elas testemunham sua aptidão a promover um novo modo de produção que se imponha como uma alternativa ao modo de produção dominante. Seu projeto e as reivindicações que acompanham sua realização não se limitam, portanto, a questões econômicas e técnicas [...] são ao mesmo tempo de natureza social, cultural e política [...] Compreende-se por que nessas condições, a questão do reconhecimento dos saberes tradicionais está estreitamente ligada à capacidade de construção de um novo sistema produtivo articulado a um território e se apresentando como o resultado das relações sociais entre as populações, de suas qualidades e de seus modos de organização, isto é, de sua territorialidade e de sua identidade (TEISSERENC, 2010b, p. 14).

Para finalizar inserimos o questionamento de Gayatri Spivak (2010), Pode o subalterno falar? Onde questiona a atuação dos intelectuais orgânicos junto aos subalternos e aqui estendemos o questionamento para mediadores, tradutores e interpretes em relação aos atores do *território ribeirinho insular*.

Referências

AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **As Estruturas Sociais da Economia**. Porto: Campo das Letras, 2006.

CASTRO, Edna. Introdução: uma incursão temática à Belém. In. CASTRO, Edna(org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.

CASTRO, Edna. Dinâmicas Territoriais, Atores Locais e Políticas Públicas. In. MENDES, Amilcar; PROST, Maria T.; CASTRO, Edna (Orgs.). **Ecossistemas Amazônicos: dinâmicas, impactos e valorização dos recursos naturais**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.

_____. Território e Lugares de Identidade entre Quilombolas no Rio Bujaru. In. TEISSERENC, P.; ROCHA, G.; MAGALHÃES, S. et al (orgs.). **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

IDESP – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL DO PARÁ. Belém: estudo ambiental do estuário Guajarinó. **Relatório de Pesquisa**. Belém: IDESP, 1990. 154p.

MAGALHÃES, Sonia. Territórios Ocupados: um ensaio de reflexão sobre política pública de desenvolvimento nacional e desenvolvimento territorial. In. TEISSERENC, P.; ROCHA, G.; MAGALHÃES, S. et al (orgs.). **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

MITSCHEIN, Thomas; MIRANDA, Henrique; PARAENSE, Mariceli. **Urbanização Selvagem e Proletarização Passiva na Amazônia: o caso de Belém**. Belém: CEJUP, 1989.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 16, n. 43, 2001.

Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, 2011.

RODRIGUES, Edmilson. **Aventura Urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém**. Belém: NAEA/UFPA, 1996.

SOUZA SANTOS, B.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

TEISSERENC, Pierre. Ambientalização e Territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. **Antropolítica**, Niterói, n. 29, p. 153-179, 2. sem. 2010a.

TEISSERENC, Pierre. Reconhecimento de saberes locais em contexto de ambientalização. **Novos Cadernos NAEA**, v. 13, n. 2, p. 5-26, dez. 2010b.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na amazônia brasileira. **Paper do NAEA 321**, Dezembro de 2013.

VEIGA, J. A Face Territorial do Desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Universidade Católica Dom Bosco/MS, v. 3, n. 5, p. 5-19, 2002.

ANEXO 1 - IMAGEM DAS ILHAS DE BELÉM – FONTE: CPATU/EMBRAPA

